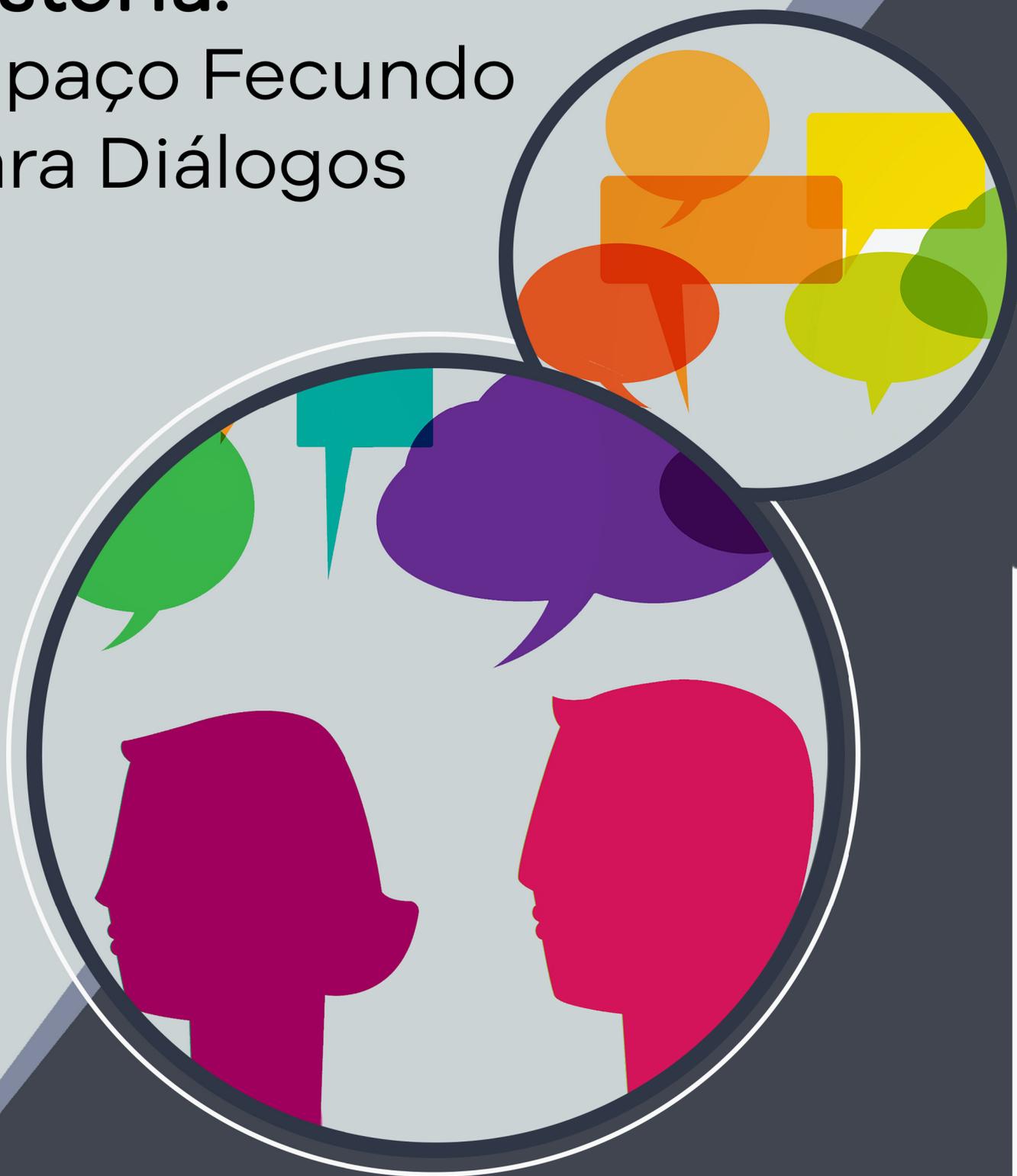


História:

Espaço Fecundo para Diálogos



Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

História: Espaço Fecundo para Diálogos

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos / Organizadoras Denise Pereira; Elizabeth Johansen. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-650-8 DOI 10.22533/at.ed.508192709 1. História – Filosofia. 2. Historiografia. 3. Historiadores. I.Pereira, Denise. II. Johansen, Elizabeth. CDD 907.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Que “fontes históricas” os historiadores atuais têm acesso para problematizar a vida das sociedades de diferentes épocas? Essas questões, assim como outras, norteiam as discussões historiográficas contemporâneas e se fazem presentes nos diferentes artigos desse livro.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte.

Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Elizabeth Johansen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EM DEFESA DA OPÇÃO DECOLONIAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: POR UM FUTURO QUE NÃO REPITA O PASSADO	
<i>Jaqueline Berdian de Oliveira</i> <i>André da Silva Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927091	
CAPÍTULO 2	15
ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: A FRONTEIRA NO <i>CANTO GENERAL</i> DE PABLO NERUDA	
<i>Gabriel de Souza Fagundes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927092	
CAPÍTULO 3	27
ENTRE CONCESSÕES E TENSÕES: A RELAÇÃO ENTRE SENHORES E ESCRAVOS EM PALMAS/PR (1860-1888)	
<i>Maria Cláudia de Oliveira Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927093	
CAPÍTULO 4	37
DISPUTAS DA MEMÓRIA: DAS FOSSAS ARDEATINAS À BOMBA NUCLEAR	
<i>Douglas Pastrello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927094	
CAPÍTULO 5	47
HISTÓRIA, PASSADO E MEMÓRIA: LEITURAS E APROXIMAÇÕES	
<i>Dehon da Silva Cavalcante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927095	
CAPÍTULO 6	58
NA DISPUTA DAS MEMÓRIAS: A CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA LUTA ARMADA NA MEMÓRIA DE SEUS MILITANTES (1968 – 1972)	
<i>Vinícius de Oliveira Masseroni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927096	
CAPÍTULO 7	74
INTRODUÇÃO À ABORDAGEM HISTÓRICO-EDUCACIONAL	
<i>Adelcio Machado dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927097	
CAPÍTULO 8	89
EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS EX-INTERNAS DO COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO DE MONTES CLAROS NO SÉCULO XX	
<i>Elizabete Barbosa Carneiro</i> <i>Filomena Luciene Cordeiro Reis</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927098	

CAPÍTULO 9	97
O SISTEMA DE PENSAMENTO NOS MANUAIS DE ENSINO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE SÃO PAULO (SEC.XIX)	
<i>Patrícia Carla de Melo Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927099	
CAPÍTULO 10	108
O ENTRELUGAR DO CAMPO ESTÉTICO MODA-ARTE: UM CONCEITO CONSTRUÍDO HISTORICAMENTE	
<i>Camila Carmona Dias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270910	
CAPÍTULO 11	120
PATRIMÔNIOS RECONFIGURADOS: INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS	
<i>Gerson Luís Trombetta</i>	
<i>Monique Villani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270911	
CAPÍTULO 12	132
UM MUSEU EM DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO CULTURAL CASTROLANDA – CASTRO (PR)	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Samara Hevelize Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270912	
CAPÍTULO 13	145
MUSEU MUNICIPAL DE TRÊS ARROIOS A NARRATIVA DA HISTÓRIA NA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Fabíola Pezenatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270913	
CAPÍTULO 14	157
REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA HISTÓRIA DA MEDICINA	
<i>Ana Cláudia de Araújo Santos</i>	
<i>Daiane Silva Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270914	
CAPÍTULO 15	170
PROCESSOS CRIMES DE INFANTICÍDIO: DISPUTA PELA VERDADE, PODER E SUJEITOS	
<i>Paula Ribeiro Ciochetto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270915	

CAPÍTULO 16	180
A PRODUÇÃO DE VERDADES EM PROCESSOS CRIMINAIS DE VIOLÊNCIA CONTRA A VIDA: MALLETT-PR 1913 A 1945	
<i>Júlio César Franco</i>	
<i>Hélio Sochodolak</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270916	
CAPÍTULO 17	200
RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIAL DA PRIMEIRA ELITE ARACAJUANA (1855-1889)	
<i>Bruna Morrana dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270917	
CAPÍTULO 18	211
SENSIBILIDADES DE UM ESPAÇO: SER UMA PRINCESA NA MODERNIZAÇÃO REPUBLICANA – FEIRA DE SANTANA 1940 A 1950	
<i>Cristiane Lima Santos Rocha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270918	
CAPÍTULO 19	219
TRAFICO DE ESCRAVOS E FORMAÇÃO FAMILIAR NO TERMO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA – BA (1860-1888)	
<i>Célio Augusto de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270919	
CAPÍTULO 20	228
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS PARA O COMPLEXO TERRENO EVANGÉLICO BRASILEIRO	
<i>Maralice Maschio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270920	
CAPÍTULO 21	241
“DITADURA NO AR”: UMA VISÃO SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR	
<i>Lucas Marques Vilhena Motta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270921	
CAPÍTULO 22	254
A PROVÍNCIA EM PRINCÍPIO, A FRONTEIRA POR MEIO E O IMPÉRIO POR FIM: NETO E CANABARRO NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1865)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270922	
CAPÍTULO 23	265
ANÁLISE ICONOGRÁFICA DAS AÇÕES CIVICO-SOCIAIS DO EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA NA DÉCADA DE 1970	
<i>Ronaldo Zatta</i>	
<i>Ismael Antônio Vannini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270923	

CAPÍTULO 24	276
AS DOZE QUESTÕES FUNDAMENTAIS DE KARL DEUTSCH E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE IRÃ E EUA APÓS A REVOLUÇÃO IRANIANA DE 1979	
<i>David Anderson Zanoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270924	
CAPÍTULO 25	291
CONTEXTO POLÍTICO JURÍDICO BRASILEIRO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA FAZENDA ANNONI	
<i>Simone Lopes Dickel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270925	
CAPÍTULO 26	308
DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA: A CHEFIA DE ARTHUR BERNARDES NO <i>CIDADE DA VIÇOSA</i>	
<i>Natália Fraga de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270926	
CAPÍTULO 27	318
CRIANÇA INDÍGENA NO BRASIL: O ESTADO DO CONHECIMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL	
<i>Epaminondas Reis Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270927	
CAPÍTULO 28	326
A CAPOEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX: DO PODER DISCIPLINAR AO SURGIMENTO DA SOCIEDADE REGULADORA	
<i>Jonatan dos Santos Silva</i>	
<i>Felipe Eduardo Ferreira Marta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270928	
CAPÍTULO 29	337
A HISTÓRIA POLÍTICA APÓS 30 ANOS DA PUBLICAÇÃO ORGANIZADA POR RENÉ RÉMOND: POSSIBILIDADES ATUAIS DE PESQUISA TENDO COMO OBJETOS GETÚLIO VARGAS E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	
<i>Gabriel da Silva Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270929	
CAPÍTULO 30	349
A ELITE POLÍTICA DA BAHIA NO SÉCULO XIX: OS MEMBROS DO CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA (1828-1834)	
<i>Nora de Cassia Gomes de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270930	

CAPÍTULO 31	364
A ESTRUTURA FÍSICA DOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – CASES COMO INSTRUMENTO DAS (IM) POSSIBILIDADES DE FAVORECIMENTO DE MOBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL DOS ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	
<i>Maria Lucia Cavalcante</i>	
<i>Maria da Conceição Barros Costa Lima</i>	
<i>Laís Cavalcanti de Sá Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270931	
CAPÍTULO 32	373
A FERRO E FOGO: SIMBOLOGIA NA MARCAÇÃO DO GADO NOS CAMPOS DE PALMAS: 1887 – 1938	
<i>Fabiana Mathias Roncatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270932	
CAPÍTULO 33	384
A REINVENÇÃO DA NATUREZA: OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA EM GOIÁS	
<i>Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves</i>	
<i>Rayza Correa Alves Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270933	
CAPÍTULO 34	393
A IMPORTÂNCIA DO MUSEU ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE COXIM – MS COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL	
<i>Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra</i>	
<i>Douglas Proença de Santana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270934	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	403
ÍNDICE REMISSIVO	404

A REINVENÇÃO DA NATUREZA: OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA EM GOIÁS

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves

Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS/UEG); pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG).
Caldas Novas – Goiás

Rayza Correa Alves Gonçalves

Graduada em Geografia (Universidade Estadual de Goiás); graduanda em Biblioteconomia (Claretiano).
Caldas Novas – Goiás

RESUMO: Neste trabalho, problematizamos a atuação da indústria sucroalcooleira no estado de Goiás, particularmente em dois municípios da região Sul goiana: Quirinópolis e Santa Helena de Goiás, os quais têm em sua economia uma forte presença das usinas canavieiras e do cultivo deste vegetal. A partir da contribuição do geógrafo Manoel Calaça (2010), o qual diz que a expansão do capitalismo no campo goiano ameaça o bioma do Cerrado, pois força uma “reinvenção da natureza”, isto é, o uso da biotecnologia pelo agronegócio nessas regiões de fronteira de avanço do capital, substitui a biodiversidade do Cerrado pela agrobiodiversidade, impactando fortemente e transformando as localidades em seus aspectos naturais, sociais e culturais.

Além disso, problematizamos a relação que as usinas mantêm com os trabalhadores. Neste caso, observa-se significativas contradições sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Cerrado; indústria sucroalcooleira; impactos ambientais e sociais.

THE REINVENTION OF NATURE: THE IMPACTS OF THE SUGAR AND ALCOHOL INDUSTRY IN GOIÁS

ABSTRACT: In this work, we discuss the performance of the sugar and alcohol industry in the state of Goiás, particularly in two municipalities of the southern region of Goiás: Quirinópolis and Santa Helena de Goiás, which have a strong presence in the economy of sugarcane plants and the cultivation of this plant. Based on the contribution of the geographer Manoel Calaça (2010), which says that the expansion of capitalism in the Goian countryside threatens the Cerrado biome, for it forces a "reinvention of the nature", that is, the use of biotechnology by agribusiness in these regions. frontier of capital advance, replaces the biodiversity of the Cerrado by agrobiodiversity, impacting strongly and transforming localities in their natural, social and cultural aspects. In addition, we problematize the relationship that the mills maintain with the workers. In this case, there are significant social contradictions.

KEYWORDS: Cerrado; sugar and alcohol

industry; environmental and social impacts.

No estado de Goiás, estado localizado no Centro-Oeste brasileiro, particularmente na região Sul goiana, observa-se uma expressiva presença da agroindústria canavieira. A cidade de Quirinópolis recebeu duas unidades produtivas: a Usina São Francisco (USF) que começou a operar em 2007, é um empreendimento conjunto (*joint venture*) do grupo paulista sucroalcooleiro Usina São João (USJ), com sede em Araras (SP), e da multinacional Cargill, com sede no estado de Minnesota (EUA), que deram origem à SJC Bioenergia. A outra unidade é a Usina Boa Vista (UBV) que passou a operar em 2008, pertencente ao Grupo São Martinho (GSM), sediado na cidade paulista de Pradópolis, que leva o nome de uma das principais oligarquias paulistas, a família Prado, fundadora do GSM. A partir de 2010, a UBV foi integrada na empresa Nova Fronteira, criada a partir da união do GSM com a estatal Petrobras Biocombustível. A USF demonstra a ligação de interesses de grupos nacionais e internacionais; e a UBV a associação dos interesses das empresas sucroalcooleiras com o Estado. Ademais disso, observam-se fortes contradições. Segundo matéria veiculada em jornal: “A Usina São João Açúcar e Álcool, por exemplo, recebeu R\$ 456,6 milhões do BNDES para ampliar duas usinas no interior de Goiás. Uma delas, a Agropecuária Campo Alto, em Quirinópolis, teve no ano passado 24 autos de infração, com 421 [trabalhadores] encontrados em situação degradante, com más condições de alojamento e falta de equipamentos de proteção individual, segundo o Ministério do Trabalho” (SCOLESE, 2009). Portanto, a grande expansão do capital sucroalcooleiro veio acompanhada de paradoxos não menos significativos.

Em Santa Helena de Goiás, atua a Usina Santa Helena (USH – segmento sucroalcooleiro). A USH, presente em Santa Helena desde 1966, é controlada pelo Grupo Naoum, de Anápolis (GO), e a multinacional Monsanto, sediada no estado do Missouri (EUA), demonstrando, mais uma vez, a ligação de interesses locais com grupos internacionais. A monocultura canavieira causou forte impacto às demais atividades realizadas no município, principalmente à cotonicultura que encerrou suas atividades e trouxe demissões em massa. Neste ano, terras da USH foram ocupadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O movimento social afirma que a USH deve mais de 1 bilhão de reais à União e aos trabalhadores e reivindica “a desapropriação da área de cerca de 20 mil hectares e o assentamento imediato das famílias” (BRASIL DE FATO, 31/07/2016). A disputa entre a USH e o MST demonstra a existência de fortes contradições no processo de expansão do setor sucroalcooleiro no Estado de Goiás. Exemplo disso é que, em 2012, a USH decretou falência e os trabalhadores denunciaram, em 2013, que a usina não estava fazendo o acerto trabalhista (G1, 13/03/2013).

É interessante observar o que afirmam sobre a expansão sucroalcooleira as

camadas sociais beneficiadas. A Revista Rural, ligada a entidades patronais, diz que “a chegada do setor sucroalcooleiro promoveu uma transformação no panorama econômico, o que já se reflete nas cidades do sudoeste goiano, e trouxe *consequências positivas*, como o aumento da população, geração de emprego e movimentação da economia local em quase todos os municípios” e que “Desde da implantação das usinas, todos os segmentos se expandiram, o volume de dinheiro circulando se tornou maior, o que fortaleceu o comércio em geral, principalmente setores de lojas de roupas, de calçados e até de oficinas mecânicas” gerando novos empregos e um “*futuro garantido*” (REVISTA RURAL, 2016 – grifos nossos). Marconi Perillo, Governador de Goiás entre 1999-2006 e 2011-2018, por sua vez afirmou que “Somos hoje o segundo maior produtor de cana-de-açúcar e de bioenergia, e temos a nona frota de veículos do Brasil, o que nos torna o primeiro consumidor de etanol por veículo” (PORTAL GOIÁS, 2013). Já o presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol e Açúcar do Estado de Goiás (Sifaeg-Sifaçúcar), André Rocha, ressalta o crescimento do ramo em Goiás: “Em 1999, quando o governador Marconi assumiu o seu primeiro governo, tínhamos 11 usinas. Hoje, estamos chegando a 39 usinas, mesmo com a crise que o setor enfrenta, em decorrência da política equivocada do Governo Federal” (PORTAL GOIÁS, 2013). Já Gilmar Alves, prefeito de Quirinópolis na época da implantação das usinas, disse: “Houve reflexos de crescimento, de geração de novos empregos, o que para o comércio foi altamente positivo. Nos restaurantes, por exemplo, o movimento cresceu 50%, o que levou os empresários a ampliarem seus negócios” (REVISTA RURAL, 2016), demonstrando uma visão positiva sobre o processo.

Segundo Tadeu Pereira Alencar Arrais (1999, p. 55), “o discurso não é neutro, ao contrário, é ideológico e coercitivo, representa e comunica unilateralmente as ideias dominantes, por isso é intencional e persuasivo nas suas diferentes escalas (disciplinar e homogeneizador e até mesmo ordinário)”. Dessa forma, não apenas o discurso do poder executivo municipal, expressado pelo prefeito da época, mas também os sobreditos, trazem uma intenção que representa interesses sociais. Nesse sentido, ao lado da “modernidade” das plantas industriais sucroalcooleiras convive-se com o atraso social e as mazelas da pobreza e da miséria.

A expansão desta modalidade de produção destaca o grande impacto na cultura regional, onde anteriormente se baseava principalmente na cultura de grãos e pecuária (gado e aves), a inserção da frente sucroalcooleira além do diferencial de produção as técnicas modernas e lucrativas, exige um considerável número de mão de obra, sendo que os municípios – como afirma a própria Revista Rural – que recebem o investimento destas empresas “não tem estrutura de saúde e educação” (REVISTA RURAL, 2016).

Economicamente, desde então, há um relevante “aquecimento” econômico. Segundo MOREIRA (2010), entre os anos de 1990 e 2000, a produção de cana processada cresceu 592,5% no estado de Goiás e a produção de etanol hidratado de 348,72%, sendo que no Brasil o crescimento para a mesma época foi de

respectivamente de 155,8% e 77,64%. Assim se observa uma grande expansão deste setor em Goiás.

Todavia esse processo revela uma série de contradições referentes ao desenvolvimento social e a modernização da produção, principalmente nas relações entre trabalho e capital. Marcelo Rodrigues Mendonça sublinha o papel do Estado como mediador: “Nessa relação assume papel essencial o Estado, que aparece como mediador, normatizador da relação capital x trabalho, firmando e validando a hegemonia do capital, que ao se materializar o faz enquanto espaço geográfico, evidenciando de forma hegemônica os interesses do capital” (MENDONÇA, 2012). Dessa hegemonia do capital, resulta que o progresso econômico não se faz acompanhar do mesmo desenvolvimento social e trabalhista, não se refletindo na qualidade de vida e nos direitos sociais do trabalhador. Isso ocasiona a defasagem nos direitos sociais e a precarização trabalhista, mantendo assim uma alienação do trabalho.

O trabalhador é sem dúvida a principal “ferramenta” para que a indústria sucroalcooleira obtenha lucro e é sobre seus direitos que incidirão os ataques do capital, neste sentido, segundo Mendonça (2012): “A necessidade de alterar ‘as regras do jogo’ com o intuito de elevar os lucros pelo capital, ocasionou medidas que buscavam ampliar o controle social sobre os trabalhadores e, assim reduzir custos com a mão-de-obra, inclusive, responsabilizando-os pela condição de se tornarem desempregados, caso não se adequassem às novas exigências colocadas pelo capital”. É interessante observar que o grande crescimento do setor sucroalcooleiro veio em um momento de crise internacional do capital dos anos 2000. Esse período de crise foi marcado pela resposta do capital à sua própria crise:

Como resposta à sua própria crise, inicia-se um processo de reorganização do capital financeiro, do capital produtivo e principalmente a reelaboração do sistema ideológico e político, acarretando um processo de reestruturação da produção e do trabalho. As novas formas de gestão, a desregulamentação das leis trabalhistas, o surgimento de novas categorias de trabalhadores, acarretaram mudanças no conteúdo do território, da relação cidade-campo e conseqüentemente na ação política dos trabalhadores. (MENDONÇA et al., 2002)

O resultado disso é que se assiste a demissões em massa, reduções salariais, além da pressão exercida pelas empresas sobre os trabalhadores para flexibilização das leis trabalhistas. Além disso, conforme Ricardo Antunes: "A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental de exército industrial de reserva, do número de desempregados" (MENDONÇA et al., 2002, citando ANTUNES, 2001). Esse processo se refere à nova etapa do capital, denominada de “Globalização”, que se deu sobretudo após o fim do campo socialista em 1991, Milton Santos afirma: “Examinando o processo pelo qual o desemprego é gerado e a remuneração do emprego se torna cada vez pior, ao mesmo tempo em que o poder público se retira das tarefas de proteção social, é lícito

considerar que a atual divisão ‘administrativa’ do trabalho e a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza” (SANTOS, 2003, p. 72). Portanto, o “crescimento econômico” vem aliado ao aumento de mazelas e desigualdades sociais, ou conforme David Harvey:

A saga do capitalismo é cheia de paradoxos [...] Do lado negativo, temos não só as crises econômicas periódicas e muitas vezes localizadas que têm pontuado a evolução do capitalismo, incluindo as guerras mundiais intercapitalistas e interimperialistas, os problemas da degradação ambiental, a perda da biodiversidade, a espiral da pobreza entre as populações em crescimento, o neocolonialismo, as graves crises na saúde pública, a abundância de alienações e exclusões sociais e as angústias da insegurança, violência e desejos não realizados. (HARVEY, 2011, p. 102)

Dessa perspectiva, é necessário problematizar as “vantagens” citadas anteriormente a respeito do setor sucroalcooleiro. Questionamos: o discurso das “vantagens” não encobre, na verdade, a piora nas relações entre capital e trabalho, fazendo com que os trabalhadores sejam iludidos? Em que medida o setor sucroalcooleiro contribui ou não para o desenvolvimento social dos municípios em questão? As empresas sucroalcooleiras não estariam inviabilizando a possibilidade de outras formas de produção que seriam mais sintonizadas com o desenvolvimento social? Em relação aos direitos sociais e trabalhistas afirmamos a hipótese de que o advento e o crescimento desse setor vieram no bojo de um contexto de ataques às conquistas históricas dos trabalhadores. Outra hipótese: no que se refere à territorialização, a lógica de ataques aos direitos espraia-se e o “território produzido” (ARRAIS, 2013) reproduz a lógica destrutiva do capital.

Nossa pesquisa busca formas de problematizar e desconstruir o senso comum que foi construído em torno do setor sucroalcooleiro: como uma iniciativa empresarial que traz apenas benefícios. Poucas vezes ouvimos falar da superexploração dos trabalhadores, dos ataques aos direitos sociais e trabalhistas e como uma forma profundamente desigual de produção. Muitas vezes, os trabalhadores não percebem a manipulação e a alienação que acabam sendo submetidos. Nosso trabalho visa trazer uma visão alternativa e coerente com a realidade.

A questão do setor sucroalcooleiro é pesquisada por inúmeros autores de diferentes perspectivas, demonstrando a importância de nosso objeto e temática. Diante disso, cremos que é essencial trazer autores críticos que problematizem a questão que colocamos. Um dos aspectos se refere à questão de inserção das empresas na região do Sudoeste Goiano. Segundo Claudio Gonçalves Egler (2002, p. 186-187), “A lógica da integração/diferenciação territorial é inerente ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Em sua evolução modificam-se os pesos relativos de cada uma das partes dessa equação, que são condicionadas pelo padrão de concorrência e pelos mecanismos à disposição do Estado para atuar na

sua regulação”. Egler enfatiza o “desenvolvimento desigual e combinado” observado na espacialidade territorial, o que permite-nos problematizar a relação que o setor sucroalcooleiro e sua modernidade industrial e de maquinário relaciona-se de forma combinada com o atraso social local, mas também, uma vez que essas empresas são de capital multinacional, combinam-se também a estrutura social de um estado (Goiás) e de um país (o Brasil) menos desenvolvidos, com outros mais desenvolvidos (São Paulo e Estados Unidos). Segundo Ernest Mandel o desenvolvimento desigual no qual países e regiões se desenvolvem em ritmos desiguais, é uma característica histórica do capitalismo desde seus primórdios, todavia, na etapa atual do capitalismo (monopolista), a maior parte dos países passou por um processo de combinação de “desenvolvimento e subdesenvolvimento”, no qual convivem na economia setores modernos com setores tradicionais, impedindo uma maior industrialização dessas nações (MANDEL, 2001, p. 98-99). Pode-se dizer que esse desenvolvimento desigual e combinado reproduz formas daquilo que Arrais (2008) chama de “hierarquias espaciais”.

Essa questão da lógica espacial do capital pode ser problematizada ainda a partir de uma outra perspectiva, conforme colocada por Harvey (2011, p. 157), que faz o seguinte questionamento: “as nossas cidades são projetadas para as pessoas ou para os lucros?” Assim, problematiza-se o fato de que a classe dos capitalistas perseguem, na região em foco, interesses comuns, utilizando-se de formas associadas e estratégicas de maneira a criar a ilusão de que o desenvolvimento e o progresso de sua classe social também é da população como um todo, discurso este que muitas vezes visa apagar as mazelas, os paradoxos e as contradições sociais causadas pelas suas atividades.

Outra questão fundamental a ser analisada é da exploração da classe trabalhadora. De acordo com Ricardo Antunes: “A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental de exército industrial de reserva, do número de desempregados.” (MENDONÇA et al., 2002, citando ANTUNES, 2001).

É próprio da natureza histórica do capitalismo formar um contingente de trabalhadores desempregados, que tem a função de “concorrer” com os trabalhadores empregados, possibilitando aos capitalistas rebaixar salários (contratando trabalhadores que recebem salários relativamente menores) e pressionar com ameaça de demissão os trabalhadores empregados de forma que estes não reivindicem melhores salários e condições de trabalho (MARX, 1973, Vol. I, p. 533-535). No Brasil, historicamente, essa questão se agrava pela existência da superexploração do trabalho. Segundo Francisco de Oliveira, o salário mínimo foi sempre “*salário de subsistência*” (OLIVEIRA, 2003, p. 37), permitindo ao trabalhador tão somente a reprodução de sua fora de trabalho e isso só foi possível com o êxodo de contingentes populacionais enormes que afluíram para as cidades e logo foram

transformados em *exército de reserva*. Em países desenvolvidos, esse processo se refere ao período de formação do capitalismo (período de “acumulação primitiva”), mas no Brasil esse passa a ser um fator estrutural que sobrevive no tempo e no espaço: “[...] a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo cresce por elaboração de periferias, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética” (OLIVEIRA, 2003, p. 43). Assim, a expansão territorial sucroalcooleira pode ser também a expansão da superexploração.

Manoel Calaça aborda importantes aspectos da expansão capitalista no Cerrado, como a preponderância das multinacionais em Goiás, “que detêm o domínio das tecnologias das sementes e insumos a elas associadas” (CALAÇA, 2010, p. 18). O autor afirma ainda que o “Cerrado constitui-se em uma das áreas mais importantes de expansão do cultivo de cana-de-açúcar, para produção de açúcar e álcool, graças às pesquisas realizadas por empresas privadas, pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA, universidades e por outras instituições públicas do gênero” e que o processo se faz acompanhar da “reinvenção da natureza” que “gera fortes impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos, alterando a dinâmica socioterritorial do lugar que recebe novos atores sociais, promove intensa mobilidade do capital e do trabalho em razão das demandas criadas, gerando diferenciações espaciais e a coexistência de diferentes temporalidades” (CALAÇA, 2010, p. 21, 28). Segundo o autor:

A introdução de sementes geneticamente modificadas e de outros avanços da engenharia genética constitui-se em uma nova revolução no campo da produção agropecuária e da preservação da biodiversidade. Isso parece contraditório, no entanto, depende do uso que se dá a esses conhecimentos. A questão referente a aplicação da biotecnologia, na agricultura e na pecuária, não está no conteúdo científico produzido, mas no uso político desse conhecimento monopolizado por empresas multinacionais, que controlam a comercialização e o uso das variedades produzidas e os insumos necessários ao seu cultivo. (CALAÇA, 2010, p. 22)

Assim, as multinacionais usam a tecnologia genética de forma política, visando controlar na forma do monopólio o processo de produção de alimentos. Em outro fragmento, o autor problematiza os impactos na natureza:

A biotecnologia proporcionou, ao agronegócio, alterações no padrão técnico de produção à custa de maior dependência das tecnologias empregadas e dos insumos necessários ao desenvolvimento das atividades agrícolas e pastoris. A agricultura moderna reduz a maturidade dos ecossistemas e a diversidade de espécies animais e vegetais, e simplifica os “complexos e entrelaçados ciclos de sustentação da vida que, em razão disso, entram em curto circuito. O exemplo mais extremo de tal efeito é a conversão dos ecossistemas tropicais em plantações ou fazendas de monocultura”. [...] A partir de 2005 verifica-se a expansão do cultivo de cana-de-açúcar em áreas de pastagens e grãos com fortes impactos na biodiversidade do Cerrado. (CALAÇA, 2010, p. 24-25, citando DREW, 1986, p. 147).

Desta maneira, o Cerrado é fortemente impactado pela biotecnologia empregada no plantio de cana, reduzindo a biodiversidade e ameaçando a sobrevivência do bioma como um todo.

Em outro artigo, Calaça salienta o papel do Estado na expansão: “As políticas públicas redundaram na expansão da fronteira agrícola em direção ao Brasil Central e viabilizaram a inserção do Cerrado ao circuito produtivo capitalista, a partir de um conjunto de técnicas, denominadas modernização agrícola” (CALAÇA, 2011, p. 81) e, como vimos, há inclusive uma associação dos interesses sucroalcooleiros com os do Estado, uma vez que, por exemplo, a empresa Nova Fronteira é resultado da associação da GSM com a estatal Petrobras Biocombustível.

Para João Humberto Camelini (2011, p. XIX), o setor sucroalcooleiro de Quirinópolis colocou a localidade à exposição “a todas as intempéries do mercado” de modo que há um “aumento significativo da vulnerabilidade” às crises e oscilações da economia. O artigo de Adriana Aparecida Silva e Fausto Miziara (2011, p. 401-402, 404) traz os diferentes momentos da expansão do cultivo da cana-de-açúcar em Goiás, sendo marcante o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), fomentado pelo Governo Federal, durante a Ditadura Militar, que impulsionou a produção alternativa de álcool combustível (se enquadrando neste contexto a usina Santa Helena de Goiás) e o novo impulso para expansão agrícola no Sudoeste do Estado, nos anos 2000 (o caso de Quirinópolis). Ricardo Castillo reafirma o papel associado do Estado para a expansão das usinas, uma vez que isso só é possível com “políticas públicas de transporte e logística” (CASTILLO, 2007, p. 33). Manoel Rodrigues Chaves (2009) afirma que o paradigma de sustentabilidade é, na verdade, quebrado com a produção de açúcar e de álcool.

Assim, concluímos que a agroindústria sucroalcooleira, ao representar uma junção de interesses políticos e econômicos, são produto da confluência de políticas estatais e dos interesses de grupos econômicos e corporações multinacionais. Esses atores tem privilegiado os interesses econômicos e políticos em detrimento da necessidade de preservação do Cerrado, o qual é fortemente ameaçado pela expansão dos canaviais. O senso comum da realidade construiu a falsa imagem de que as usinas canavieiras trazem o progresso, e isso pode ser parcialmente verdadeiro no que diz respeito ao reforço da economia local em curto e médio prazo, mas a longo prazo, essas indústrias ameaçam o futuro da região, ao colocar o Cerrado em vias de destruição. Ademais disso, como demonstramos, a indústria do açúcar do álcool é sedimentada em fortes contradições entre capital e trabalho. Desta maneira, essa agroindústria pode induzir um robusto crescimento econômico, no entanto reproduz muitas das mazelas sociais e ambientais da expansão do capitalismo no campo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 4

ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARRAIS, T.P.A. **Discursos e imagens no urbano**, *Boletim Goiano de Geografia*, 19 (2), p. 51-73, jan./dez. 1999.

____. **A cidade e a região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas**, *Cadernos Metrópole*, 20, p. 81-91, 2º sem. 2008.

____. **A produção do território goiano – economia, urbanização e metropolização**. Goiânia: Editora da UFG, 2013.

BRASIL DE FATO. **Famílias sem-terra reocupam terras da Usina Santa Helena, em Goiás** [31/07/2016]. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/31/familias-sem-terra-reocupam-terras-da-usina-santa-helena-em-goias/>. Acesso em: 05/10/2016.

CALAÇA, M. Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no Cerrado, *Ateliê Geográfico* (Edição Especial), Goiânia, V. 4, N. 1, FEV./2010, p.18-35.

____; INOCÊNCIO, M.E. **ESTADO: o articulador do processo de modernização territorial no Cerrado**, *Espaço em Revista*, vol. 13, nº 2 jul./dez. 2011, p. 81-106.

CAMELINI, J.H. **Regiões competitivas do etanol e vulnerabilidade territorial do Brasil: o caso emblemático de Quirinópolis**. Campinas: Unicamp, 2011.

CASTILLO, R. **Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada**, *Revista da ANPEGE*, v. 3, 2007, p. 33-43.

CASTRO, I.E. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

CHAVES, M.R.; TRINDADE, S.P. **Sustentabilidade do setor sucroalcooleiro em Goiás: relação da produção agrícola e impactos ambientais**. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga>. Acesso em: 20/11/2016.

EGLER, C.G. **Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil**. In: CASTRO, I.E., et al. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

G1. **Usina de etanol começa a demitir funcionários, em Santa Helena, Goiás** [vídeo, 13/03/2013]. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/videos/t/bom-dia-go/v/usina-de-etanol-comeca-a-demitir-funcionarios-em-santa-helena-goias/2465309/>. Acesso em: 21/10/2016.

PORTAL GOIÁS. **Governador destaca a força do setor alcooleiro em Goiás** [02/10/2013]. Disponível em: <http://www.goias.gov.br/noticias/51015-governador-destaca-a-forca-do-setor-alcooleiro-em-goias.html>. Acesso em: 10/10/2016.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MANDEL, E. Desenvolvimento desigual (Verbetes). In: BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 98-99.

SMITH, G. **A geografia política e os movimentos sociais**. In: GREGOY, D.; MARTIN, R. **Geografia humana: Sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação

Elizabeth Johansen - Licenciada em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialista em História e Região, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestre em História, pela Universidade Federal do Paraná e doutora em Geografia, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aracaju 8, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 381

Arquitetura 5, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130, 131, 134, 135, 253, 369, 370, 371, 372

Arte 5, 7, 58, 59, 72, 73, 77, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 169, 178, 216, 241, 252, 396, 398

C

Capuchinhos 97, 100, 102

Centro cultural castrolanda 7, 132, 135

Colégio imaculada conceição 6, 89, 93

Cultura 1, 10, 12, 13, 14, 18, 25, 26, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 87, 94, 102, 107, 110, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 128, 129, 130, 134, 136, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 178, 184, 186, 200, 215, 217, 230, 231, 263, 265, 320, 321, 323, 324, 327, 332, 333, 358, 361, 368, 375, 380, 386, 396, 397, 398, 399, 401

D

Discurso 10, 13, 14, 30, 39, 40, 59, 98, 100, 106, 115, 137, 141, 170, 175, 180, 181, 185, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 232, 255, 258, 284, 327, 328, 329, 330, 335, 338, 339, 343, 345, 346, 386, 388, 389

Documento 31, 69, 96, 138, 140, 157, 158, 159, 160, 161, 168, 169, 172, 176, 187, 190, 192, 293, 297, 300, 344, 358, 369

E

Educação 1, 8, 9, 11, 12, 14, 48, 49, 51, 54, 56, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 106, 107, 108, 132, 134, 137, 151, 153, 200, 203, 228, 279, 281, 307, 312, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 335, 343, 345, 358, 364, 368, 386, 393, 399, 401, 402

Ensino de história 50, 51, 55, 401, 402

Escravidão 2, 4, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 51, 221, 223, 226, 227, 327, 382

Estudos organizacionais 1, 2, 3, 6, 11

Eurocentrismo 1, 2, 5, 12

F

Feira de santana 8, 211

Filosofia-teológica 97

Fotografias médicas 157

Foucault 5, 175, 178, 180, 181, 185, 186, 187, 189, 194, 198, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 335

Fronteiras 2, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 33, 36, 58, 94, 108, 109, 110,

116, 117, 118, 120, 197, 221, 254, 255, 256, 257, 259, 270, 278, 321

G

Giro decolonial 5

H

História 1, 3, 4, 15, 16, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 118, 120, 121, 124, 125, 126, 129, 130, 132, 134, 135, 138, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 168, 171, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 190, 197, 198, 201, 203, 206, 210, 211, 221, 226, 227, 229, 230, 233, 237, 239, 241, 243, 244, 245, 246, 252, 253, 254, 263, 265, 267, 274, 280, 286, 289, 291, 306, 307, 313, 317, 320, 321, 324, 326, 328, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 345, 346, 347, 348, 349, 352, 363, 374, 375, 381, 382, 383, 384, 393, 394, 395, 397, 398, 399, 400, 401, 402

História da violência 180, 181, 198, 335

I

Infanticídio 7, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 191, 322, 324

Intertextualidade 15, 167

Intervenção 3, 32, 120, 122, 124, 126, 128, 129, 130, 262, 267, 269, 297

L

Literatura 5, 6, 13, 14, 15, 16, 21, 55, 58, 72, 77, 81, 82, 115, 231, 238, 320, 338, 395

M

Manuais de ensino 7, 97, 98, 105

Memória 6, 16, 21, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 76, 86, 120, 123, 129, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 183, 198, 199, 215, 216, 219, 241, 245, 246, 253, 274, 314, 326, 327, 335, 354, 362, 363, 395, 397, 398, 401

Moda 7, 82, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 395

Modernização 8, 99, 125, 201, 211, 213, 215, 216, 217, 288, 293, 297, 298, 307, 312, 316, 381, 387, 391, 392

Montes claros 6, 89, 92

Museologia 5, 132, 138, 143, 145, 153, 155, 156, 157, 397

Museu 7, 10, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 310, 361, 393, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402

N

Narrativa 7, 15, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 86, 87, 100, 103, 104, 106, 109,

110, 134, 135, 141, 143, 145, 152, 154, 155, 156, 173, 211, 212, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 249, 252, 338

P

Passado 1, 17, 38, 39, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 65, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 87, 103, 107, 125, 129, 130, 134, 150, 151, 155, 156, 173, 178, 185, 216, 247, 248, 256, 258, 268, 270, 278, 295, 296, 341, 344, 345, 355, 369, 385, 397

Patrimônio 17, 23, 34, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 138, 144, 145, 152, 153, 200, 202, 383, 396, 397, 401

Pensamento 1, 3

Poder 1, 2, 3, 4, 6, 7, 11, 13, 14, 20, 28, 31, 40, 46, 49, 52, 53, 54, 61, 65, 68, 72, 79, 91, 93, 95, 98, 100, 102, 114, 124, 129, 146, 149, 151, 170, 171, 177, 178, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 196, 197, 198, 199, 213, 217, 231, 258, 260, 262, 266, 274, 279, 281, 283, 285, 287, 289, 297, 304, 305, 306, 311, 312, 313, 314, 316, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 347, 349, 350, 351, 357, 359, 361, 362, 363, 371, 373, 381, 386, 387, 399

R

Relações familiares 219, 224, 226, 257

Relações sociais 25, 27, 35, 75, 99, 177, 213, 217, 350

Riqueza 8, 7, 25, 59, 163, 176, 200, 201, 203, 206, 209, 281, 283, 328, 350

S

Século XIX 9, 203, 349

Sociabilidades 211, 215, 217, 370

Sociedade 2, 3, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 18, 20, 25, 28, 32, 33, 35, 43, 45, 49, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 106, 110, 115, 121, 125, 132, 138, 156, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 212, 213, 216, 219, 222, 235, 236, 239, 245, 280, 289, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 304, 306, 312, 313, 321, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 344, 346, 347, 349, 350, 353, 363, 366, 367, 370, 371, 377, 378, 383, 392, 393, 397, 399, 400

Sujeitos 7, 9, 11, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 156, 170, 171, 175, 177, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 197, 212, 214, 226, 229, 256, 257, 291, 302, 306, 312, 313, 321, 322, 339, 350, 351, 397, 401

T

Tráfico de escravos 51, 219, 220, 222, 223, 226

V

Verdade 7, 10, 24, 32, 45, 49, 51, 53, 55, 58, 59, 65, 67, 70, 73, 102, 105, 111, 158, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190,

191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 241, 244, 245, 252, 258, 298, 315, 327, 328, 332,
333, 335, 339, 371, 377, 388, 391

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-650-8

